

LIVROS E REVISTAS

IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO. *Pombal, os Jesuítas e o Brasil*. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, 1962.

Continua constituindo assunto provocante a ação exercida pelo MARQUÊS DE POMBAL na vida de sua pátria e do ultramar que ela possuía. Tanto na Europa, como no Brasil, os estudos não cessam, uns elaborados com a necessária serenidade, à luz da documentação que se guarda em arquivos públicos e privados, outros cheios da paixão que o tema desperta, todos, no fim de contas, servindo, até agora, para significar que não se disse a última palavra a respeito. Certas idéias gerais podem ser consideradas como definitivas, como a de que POMBAL era um autoritário, um defensor acérrimo do absolutismo régio, e conseqüentemente incapaz de aceitar as reservas que se fizessem a qualquer medida que decretasse dentro dos princípios rígidos, frios, a que servia.

Seu conflito com os Jesuítas, com a nobreza, com elementos da burguesia portuguesa, com os ingleses, tem dado margem a bibliografia sempre interessante, mas que talvez esteja longe de dar ao

assunto o tom final. Ainda agora, em Portugal, Espanha, Itália e Brasil, essa bibliografia foi enriquecida por uma série de ensaios de caráter particular, ou de visão mais generalizada, todos bastante elucidativos, mas ainda sem autorizar a palavra final ou o juízo definitivo. Porque de todos êles emerge a evidência de que há ainda muito que pesquisar. Os arquivos ainda não deram tudo que guardam para a verdade final. Ao acaso, citemos alguns desses ensaios: GUILHERME KRATZ S. J., *El tratado hispano-portugués de límites de 1750 y sus consecuencias*, Roma, 1954; PABLO PASTELLS y F. S. MATEUS, *Historia de la Companhia de Jesus en la Provincia del Paraguay*, Madrid, 1949; MAGNUS MORNES, *The political and Economic Activities of the Jesuitas in the Plata Region*; TEIXEIRA SOARES, *O Marquês de Pombal*, Rio de Janeiro, 1961; MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Marquês de Pombal e o Brasil*, São Paulo, 1960; GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS, *O Caso dos Távoras*, Lisboa, 1959. Junte-se a série de artigos publicados pelo Padre MATEOS, na *Missionaria Hispanica*, em 1948, 49, 51, 52 e 53, mais os dos grupos de historiado-

res da revista *Pesquisas*, de Pôrto Alegre. Por fim, a obra monumental de AURÉLIO PÔRTO sobre as missões dos Sete Povos.

O mais recente é o que serve de epígrafe e assunto para estas linhas desprezíveis. Seu autor, uma das mais expressivas figuras de nossas forças armadas, apresenta uma bagagem intelectual se não copiosa, boa, muito boa mesmo. Seu livro sobre ROSAS, por exemplo, que ele comparou a um LUÍS XI de botas, isto é, um caudilho que deu estrutura unitária à Argentina, como antes o francês havia dado à França, é um livro bem feito, visando a uma exegese do fenômeno do caudilhismo no Prata e em particular do "grande americano", que o Brasil derrubou em Caseros.

Antipombalista convicto, sem grande simpatia pelos Jesuítas, a cuja empresa opôs continuadas reservas, na obra de agora evidencia as duas maneiras de ver o estadista e a organização religiosa. Lendo-o e procurando acompanhá-lo no raciocínio lógico, chega-se a uma conclusão: POMBAL foi um erro como governante, a Companhia de Jesus desserviu à unidade do Brasil e, em particular da educação, não criou homens para a realidade do mundo e, sim, "homens artificiais".

A maneira pela qual o general apresenta os fatos e tira deles as conclusões é, realmente, interessante. Ninguém, em boa razão, pode escapar ao seu raciocínio e deixar de aceitar o seu *veredictum*. Sucede que os fatos que explora para aquelas conclusões nem sempre foram os únicos para permitir essa conclusão serena, donde não

podermos bater palmas a elas uma vez que não aceitamos os fatos naquela forma isolada por que são apontados. Vamos a um exemplo. Diz o General VERÍSSIMO (página 388) que "a instrução jesuítica, além de não preparar homens para a sociedade portuguesa, era nociva no campo político, pois se opunha ao conceito do Estado Nacional, do Estado que energia, de forma irresistível, das idéias de Reforma e que tinha em POMBAL o seu grande defensor". E antes (pág. 373) afirma que "o homem culto que o jesuíta forja no Brasil ou em Portugal é um homem artificial, que não se irmana com a vida da Nação, com os problemas da sociedade, com o evoluir das idéias e dos conhecimentos técnicos que o século XVIII já havia espalhado. É incontestável, portanto, que o jesuíta, através do ensino, isolou o homem português, excluiu-o da crítica, da análise, do debate, das idéias; manteve-o entre batinas e grupos, recuado de séculos, e, conseqüentemente, inatual, e, politicamente, inoperante. Portugal se tornou, assim, um país estranho ao mundo novo que, desde meados do século XVI, aparceia com a Reforma".

Por fim, "o jesuíta foi, através do ensino de que tinha o privilégio, elemento perturbador da elevação cultural da sociedade portuguesa. Perturbador porque impõe a esse ensino um sentido sectário: aquele que buscava adaptar a comunidade civil à sua instituição e conservá-la, pela disciplina mental, passiva a ela". À pág. 376 escreveu, porém, numa renegação total ao que dissera antes, que: "Não é, entretanto, verdade, como

afirmam os inimigos do jesuíta, que êle tenha concorrido para o obscurantismo da nação português. A acusação é descomedida”.

“Os seus métodos de ensino e a orientação dêle, eram, realmente, condenáveis, eram desinteressantes a Portugal e ao Estado Pombalino no sentido político. Mas é inegável que os colégios que êle possuía no Brasil e em Portugal e a Universidade de Évora (da qual tinha direção suprema) trabalhava em favor da cultura. Cultura eclética face aos problemas nacionais. Cultura neutra como lhe chamou FERNANDO DE AZEVEDO.

“Mas algo muito diverso de obscurantismo. Se essa culpa cabe a alguém não há dúvida que é ao Estado Português, pois nunca moveu uma palha a favor do ensino, não criou escolas de grau elementar, nem colégios de grau médio. Limitou-se a Coimbra, e isso desde a chega da Ordem Jesuítica ao Reino, isso também no Brasil durante cerca de 200 anos e isso, enfim, desde 1750, o que quer dizer, por nove longos anos da gestão de Pombal. Não há, assim, honestidade na acusação feita ao jesuíta de que êle criou o obscurantismo em Portugal. Essa glória pertence ao Estado e, em parte, a POMBAL e não a êle, jesuíta, que foi o único que trouxe alguma luz à Nação. Uma luz fraca e sem utilidade imediata, mas sempre luz, sempre algo oposto às trevas que o Estado não fez nada para extinguir”.

Ora, a história da participação do jesuíta na continuidade, na renovação ou no conservadorismo da cultura portuguesa no período logo posterior aos grandes descobrimentos está sendo toda refeita, liber-

tando-se dos conceitos e afirmações, de fundamento ideológico, dos liberais do século XIX. E o que está sendo apurado já é bastante definitivo. Leia-se JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS em *Portugal e a cultura européia. Séculos XVI a XVIII* (Coimbra, 1953). O balanço que o autor apresenta do que representou essa participação e de como os jesuítas constituíram o elemento negativo para que ela, aqui e ali, não apresentasse um colorido extasiante, nem se deixasse amarrar ao primarismo de princípios retrógrados, mantendo-se intransigentemente fiéis a uma rotina, a uma preguiça intelectual, a um comportamento que valia como hostilidade a qualquer pensamento reservado, é impressionante. Os estudos de DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, de JOÃO PEREIRA GOMES, JOAQUIM DE CARVALHO, MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS, são, igualmente, contribuições magníficas para situar o assunto realisticamente e não ao sabor das paixões sectárias. O problema VERNEY-Companhia de Jesus é, nesses trabalhos, examinado com o necessário vigor que se deve pôr na pesquisa e dêles decorre um quadro novo, que é preciso considerar devidamente para evitar a incidência nos conceitos irreais de ontem.

O livro do General IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO é quase, página a página, um convite ao debate. Seus conceitos, suas conclusões, bem arquitetadas em face das premissas propostas, premissas nem sempre exatas, convidam a êsse debate, que as limitações desta síntese não autorizam realizar. Nem por isso, no entanto, queremos deixar de

registrar a nossa impressão simpática pela coragem das opiniões emitidas, bem como pelo espírito combativo que encontramos no autor.
— A. C. Ferreira Reis.

GABRIEL MARCEL. *Revolução da Esperança*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1961.

Esta obra de GABRIEL MARCEL, traduzida e lançada pela Editora José Olympio, representa, sem dúvida, uma das mais alentadas publicações em língua portuguesa sobre o Rearmamento Moral. Por outro lado, ela vem completar a propaganda que tem sido feita entre nós por êsse movimento e que culminou com a Assembléia das Américas realizada em Quitandinha de 1.º a 11 de dezembro e com a concentração do Maracanã, do dia 18 de dezembro de 1961.

O livro é prefaciado pelo eminente patricio Marechal JUAREZ TÁVORA, que vê no Rearmamento um meio de congraçamento de todas as criaturas que “crêem em Deus ou sentem algum anseio de acreditar n’Ele — cristãs ou não cristãs”, para uma luta em moldes espirituais e morais contra o comunismo ateu e materialista e contra o capitalismo materializado. Esta fé na capacidade de transformação do coração humano — transformação que é uma exigência básica para a transformação do mundo — operada pelo Rearmamento, nos que aceitam o seu desafio, baseia-se na força dos quatro padrões absolutos oferecidos a cada indivíduo. Êsses padrões são: honestidade, pureza, altruísmo e amor. Da prática absoluta dêsses quatro padrões

resultará uma vida social integrada e harmônica em que não mais predomina o egoísmo interesseiro mas a prática do bem comum com a conseqüente paz tão almejada pelas nações. Entretanto, a vida moldada pelos quatro padrões exige uma constante submissão à graça de Deus e o “conselho da jerarquia religiosa” de que a pessoa depende. Tal, em síntese, o pensamento do Marechal TÁVORA.

A obra começa por uma carta do autor a “três amigos inquietos”. Vem a seguir, como primeira parte, uma série de depoimentos de pessoas transformadas pelo Rearmamento Moral: exatamente quinze depoimentos. Na segunda parte, GABRIEL MARCEL examina alguns dos principais traços da personalidade de FRANK BUCHMAN, fundador do Rearmamento. Finalmente, na terceira parte, são examinadas algumas influências de âmbito internacional operadas pelo Rearmamento em países asiáticos.

Respondendo a algumas dúvidas de três amigos (um sacerdote, um filósofo e um protestante barthiano) MARCEL expõe as razões de sua adesão ao Rearmamento. Essas razões são, em síntese, as seguintes. O Rearmamento usa em grande escala um princípio ascético de inegável valor que é o *recolhimento* — como meio indispensável para “escutar uma voz que não é a do Eu”. Ora, no ensaio publicado anteriormente ao seu encontro com o Rearmamento, *Position et Approches concrètes du Mystère Ontologique*, MARCEL acentuava “o valor capital do recolhimento considerado como um ato de recuperação interior”. Além disto, verificasse nas reuniões do movimento um

ambiente de abertura para o outro, de "intersubjetividade" e de simplicidade que fazem o encanto da pessoa e que não podem deixar de impressionar especialmente o filósofo existencialista francês. Finalmente, para MARCEL uma das provas da autenticidade do Movimento é a transformação sincera e radical das pessoas que a ele aderiram. Entre as dúvidas levantadas pelos amigos saliente-se aquela que vê no Rearmamento Moral um movimento "naturalista", isto é, um movimento que pretende conseguir com as forças da pessoa algo que só se pode atribuir à graça de Deus, como seja a total transformação do homem. Em resposta, o autor mostra como em todos os casos concretos de transformação de pessoas há sempre um "ato radical de humildade que atribui a experiência a Deus". Deus, portanto, está inescusado nesta mudança moral e sua atuação é reconhecida. Mas, intervém o objiciente, quem é este Deus adorado igualmente pelo católico, pelo protestante, pelo muçulmano? O fato de se admitir um trabalho de Deus não prova que o Rearmamento seja um movimento proselitista, de índole protestante? Além disto, o plano estritamente moral fica ultrapassado do momento em que o Rearmamento exige de seus adeptos "o recolhimento para ouvir a palavra de Deus".

O autor responde dizendo que o Rearmamento Moral não é religião nem seita. Na sua essência, ele é, sem dúvida, um contato íntimo com alguém, com uma transcendência. Inútil, porém, tentar identificar esse alguém. "Quando, em meu recolhimento, me foi indi-

cado, talvez da maneira mais discreta, que deveria agir de tal maneira e não de outra, foi alguém maior do que eu que me esclareceu. Mas, a pergunta: "quem é?" oferece aqui algum sentido? No que me toca, direi que a palavra Deus apresenta aqui, antes de tudo, este valor negativo que constitui, no fundo, uma recusa a formular essa pergunta". Esta explicação — MARCEL o confessa mais adiante — é uma explicação pessoal de quem opina como filósofo do ser. Será ela a de BUCHMAN? O próprio MARCEL o nega ao dizer que "nem FRANK BUCHMAN, nem seus adeptos levarão em conta as reservas que acabo de formular". O valor do Rearmamento, continua MARCEL, está em mostrar ao homem a sua verdadeira estrutura, que é uma estrutura moral. Há ainda várias outras respostas de MARCEL a outras dúvidas que, por motivo de síntese, não expomos aqui. Para ele, o Rearmamento Moral desperta um sentimento de Fé na fraternidade e no ecumenismo e leva o homem a uma vida de consciência, uma vida que, partindo do íntimo do indivíduo, adquire dimensões mundiais. O movimento leva o homem técnico a encontrar o homem humano. Isto tudo faz com que esse movimento "mereça pelo menos ser observado mais de perto".

Nos quinze exemplos de "conversões" aparecem depoimentos de pessoas de todos os quadrantes do globo e de todas as profissões que entraram — muitas vezes casualmente ou mesmo a contra gosto — em contato com membros do Rearmamento Moral e se transformaram por completo, despojando-se

dos motivos egoísticos, interesses, vingativos pelos quais agiam antes, para se tornarem mensageiras do amor e da fraternidade. Aí falam o norueguês, o francês, o italiano, o canadense, o hindu, o japonês, o alemão, o holandês etc. e um brasileiro. Neste último caso, trata-se do depoimento de um portuário, especialmente significativo. Citá-lo-emos mais adiante. Há um roteiro comum nessas narrativas: em primeiro lugar, a vida "desregada" no setor de atividade ao qual a pessoa se dedicava: desregamento que consiste antes de mais nada no egoísmo e no ódio. A seguir, vem o encontro com o Rearmamento, o choque, a conversão seguida de uma vida nova, baseada na generosidade, no interesse pelos outros, na volta ao fervor religioso, dentro da religião a que a pessoa pertence. DAMÁSIO CARDOSO, portuário brasileiro, torna-se, após o desafio do Rearmamento, um católico fervoroso. O epílogo, aliás, da narrativa de DAMÁSIO CARDOSO sintetiza o sentimento de todos os outros: "Temos uma resposta ao ódio, à ambição, ao egoísmo. Sabemos que Deus pode nos inspirar e dirigir. Certamente não é fácil viver de acordo com padrões morais absolutos, mas eu sei que é somente assim que poderei ver meu país transformar-se e o mundo também. Eis aí o que me encheu de entusiasmo nesta revolução" (pág. 58).

Todo o segredo do trabalho de FRANK BUCHMAN está na experiência religiosa de Keswick (cidade no norte da Inglaterra) em que BUCHMAN adquiriu a certeza de que tinha recebido uma missão de Deus. A partir de então ele age

como um homem inspirado por Deus, um homem a quem Deus dita a sua orientação. É esta fé na iluminação de Deus como condição indispensável para a renovação do indivíduo e das nações que BUCHMAN procura inculcar em todas as pessoas — e não é outra a missão que se propõe o Rearmamento Moral. BUCHMAN compreendeu que o mundo só pode ser transformado quando o indivíduo se transformar a si mesmo. A batalha de BUCHMAN visa à transformação dos povos através da mudança do indivíduo. "Nós podemos, nós devemos, nós vamos desenvolver uma força moral e espiritual suficiente para refazer o mundo". "Sua vida fabulosamente ativa repousa apenas sobre um elemento: a direção divina que ele espreita a cada instante" (pág. 232): este, em síntese, o retrato de BUCHMAN que MARCEL retrata na segunda parte, sempre de um modo existencial, através de alguns fatos que pontilham a sua vida.

A terceira e última parte nos transpõe para o extremo oriente e nos põe em contato com dirigentes de nações asiáticas que mudaram o curso de suas conversações políticas, influenciados pelo Rearmamento. Destaque-se o exemplo do primeiro ministro japonês, Sr. KISHI, que em vários encontros não se dedigna pedir desculpas a representantes da Coreia, da Austrália, das Filipinas pelo mal que o Japão fez a esses países. É a repercussão em plano internacional da influência do Rearmamento Moral.

Estes são os principais aspectos do Rearmamento Moral ventilados em *Revolução da Esperança*. O filósofo francês é extremamente

sensível ao problema do homem, do concreto, do homem existencial, do homem que quer viver a vida humanamente, partindo antes de mais nada dos postulados da própria consciência e do despojamento de si mesmo. Ora, o Rearmamento Moral, como experiência vivida, oferece-nos o exemplo de tais homens. E o que ele consegue com os indivíduos pode conseguir com as nações libertando os povos do peso esmagador da civilização técnica e do perigo de um suicídio coletivo.

Julgamos, porém, que este aspeto eminentemente positivo e benéfico do Rearmamento Moral não esgota, entretanto, o seu conteúdo doutrinário. O Rearmamento Moral é algo mais, além de tudo isto: é uma interpretação cristã da vida baseada na Revelação da Sagrada Escritura. Não é por outro motivo que o Rearmamento Moral se apresenta como a única e última esperança do mundo — exatamente porque ele tem consciência de ser a autêntica interpretação da mensagem de Cristo. O Rearmamento Moral joga com categorias teológicas: ele fala de Cristo, da Igreja, do cristianismo, da Bíblia, do “cristianismo primitivo” — dentro de uma concepção vazada nos moldes do protestantismo liberal do século passado. Isto faz com que o católico que colabora com o Rearmamento Moral o faça, bem alertado porém sobre os possíveis equívocos de base: equívocos que se não forem desfeitos seriam num trabalho de colaboração prejudiciais para os católicos e para o Rearmamento. A colaboração deve ser feita na base da sinceridade e da verdade. O católico tem

consciência de que a salvação do mundo é Cristo e que a Igreja é o Cristo continuado no tempo e no espaço. O católico não pode aceitar a afirmação de que o mundo de hoje está dividido em duas ideologias: comunismo e Rearmamento Moral, ou então esta outra: “ou o Rearmamento ou o caos”. Certamente não é este o modo de ver da *Mater et Magistra*, quando diz: “Esta é a doutrina da Igreja Católica e Apostólica, Mãe e Mestra de todas as gentes, cuja luz ilumina e abrasa, cuja voz, ao ensinar cheia de sabedoria celestial, pertence a todos os tempos; cuja virtude oferece sempre remédios eficazes, suscetíveis de trazerem solução para as crescentes necessidades dos homens, para as angústias e aflições desta vida”. — *Pe. Luís Pecci.*

STANLEY G. PAYNE. *Falange. A history of spanish fascism*. Stanford University Press. Califórnia, 1961.

A revolução espanhola de 1936, com seu substrato ideológico falangista, é um dos fenômenos europeus talvez mais interessantes nos últimos tempos. “Possivelmente” — lemos no prólogo da obra que apresentamos — “ninguém poderá apresentar a verdade completa sobre o fascismo espanhol nem sobre as forças complexas que atuaram na guerra civil”. Todavia, STANLEY G. PAYNE, professor de história na Universidade de Minnesota, pretende fazer “um estudo sereno e objetivo na medida em que as circunstâncias o permitem”.

Em diferentes capítulos, por demais interessantes, o autor estuda

a origem da Falange, sua ideologia, a personalidade do fundador, JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA, a ascensão e o declínio como partido oficial da ditadura franquista. Um estudo bastante completo das fontes, bem como a referência constante a declarações orais obtidas de personagens que tomaram parte ativa nos acontecimentos, abalizam o presente trabalho. Se bem que não possamos dizer que o autor aporte dados novos ou desconhecidos, pelo menos tem o mérito da compilação bastante completa e da organização dentro de um esquema bem elaborado.

Achamos, porém, a obra deficiente no que tange à interpretação dos fatos. Para explicar o fenómeno falangista, teria sido preciso colocá-lo no ponto exato do seu aparecimento no momento final e trágico do processo de desintegração nacional que começa na Espanha, de modo definitivo, no último quartel do século XIX. O falangismo apareceria então como o último e desesperado grito de um povo idealista que não se resigna a morrer.

A figura de JOSÉ ANTONIO é tratada com carinho. Aquêlê moço idealista e sonhador, poeta mais que político, sem muita convicção da obra que realiza e cujo fim trágico até hoje nos comove é o herói do livro de PAYNE. Assim como FRANCO é o anti-herói. Apresentado na segunda parte do livro como um tipo maquiavélico, frio e calculista, vê-se bem claro que "el Caudillo" não mereceu as simpatias de PAYNE. Mas duvidamos que uma apreciação desapaixonada da obra do ditador espanhol confirme o juízo do autor.

Algumas afirmações parecem-nos insustentáveis. Por exemplo, a de que FRANCO só aderiu ao golpe militar no fim de junho (Cfr. ARRARÁS, *Historia da Cruzada Española*, vol. I). Outras são muito ingênuas, como a de que *El Debate* era um jornal financiado pelos jesuítas e mais ainda que êstes controlavam em grande parte o poderoso Banco de Vizcaya (que naqueles dias financiava as atividades falangistas) justamente quando, expulsos da Pátria, tinham os jesuítas que ser ajudados economicamente por seus irmãos de outras nações. — E. Gallejones.

ANDRÉ BARJONET. *Qu'est-ce que la paupérisation?* Col. Notre-temps. Editions Sociales. Paris, 1961.

O autor, membro do Conselho Econômico e Social, é comunista-marxista, *enragé*, inspirado de um admirável senso de ortodoxia, que o leva a investir com igual zelo contra o capitalismo e contra o próprio revisionismo marxista. Fiel discípulo de MARX, ainda está preocupado com a mesma problemática do mestre, como se, em um século, não tivesse havido modificações neste setor. É extremamente curioso para nós, que vivemos num país em vias de desenvolvimento, ver que ainda existem pessoas que, com a maior seriedade, ainda se entregam ao paciente esforço de demolir o capitalismo. Nós, que pensávamos que a problemática se formulava em termos de opções muito mais avançadas e que o capitalismo, como sistema sócio-econômico, não passasse de uma sinistra recordação! Assim, o

Professor BARJONET resolve provar que a pauperização não é consequência de acidentes conjunturais, mas característica essencial da própria estrutura capitalista. Inicia assim o seu livro com um capítulo que se anuncia por um título solene e peremptório: "Le tribunal des faits". Segue-se um acúmulo de dados, índices e fórmulas, sem faltar o clássico gráfico, e perante este tribunal, de modo irrecorrível, aparece o capitalismo como responsável pela pauperização.

Para evitar o risco de "trébucher sur des difficultés statistiques", o autor exime-se da tarefa de examinar o fenômeno da deteriorização do poder aquisitivo da classe operária, a longo prazo. Acontece, porém, que todo mundo sabe que a condição do operário francês de hoje é notavelmente superior a do operário francês no tempo de MARX. Acontece que um conjunto de fatores históricos, não previstos por MARX, inclusive o vigor do sindicalismo francês, afirmaram profundamente a tese do mestre sobre a evolução do capitalismo. Este, a longo prazo, não atuou no sentido de uma miséria crescente das massas, miséria que desembocaria no vitorioso assalto ao poder pela ditadura do proletariado. O capitalismo evoluiu no sentido de superar-se a si próprio, a ponto de hoje só falarem com seriedade em capitalismo alguns discípulos ortodoxos de MARX, ainda enredados na problemática e na terminologia do mestre. Mas, este aspecto do problema, o Professor BARJONET preferiu evitá-lo para não correr o risco de se atralhar com as estatísticas.

Concentrou-se, pois, sobre o período 1938-1960. E que resulta de sua análise? Omitindo os aspectos gerais, que são extremamente dóceis às manipulações estatísticas, o que resulta de concreto mesmo é que a taxa de salários dos metalúrgicos da região parisiense aumentou de 30 vezes (pág. 18) e o índice de preços aumentou de 40 vezes. O segundo elemento concreto é a constatação melancólica da pág. 25 de que, em certas indústrias, como refinarias de petróleo e indústrias têxteis, os salários aumentaram muito mais! Saíndo assim com esta espetacular vitória do tribunal dos fatos, o nosso promotor marxista passará, no capítulo II, a analisar a "Acumulação capitalista e a pauperização". Aqui, já no ar rarefeito das teorias e generalizações, o sutil espírito francês se sentirá muito mais à vontade. Antes, porém, de acompanhá-lo na estratosfera, queremos relevar dois elementos cuja ausência, na análise de BARJONET, nos causa perplexidade.

Quanto é de nosso conhecimento, o fenômeno de deteriorização do poder aquisitivo no período de 22 anos estudados, não atingiu só a classe operária, como ficou definitivamente demonstrado pelo autor, mas atingiu também, e principalmente, a pequena classe média. Por que nenhuma referência a este aspecto do problema? BARJONET será um líder operário e, portanto, não lhe cabe preocupar-se com os problemas da burguesia. A explicação é cabível, mas, assim sendo, lança uma conotação reivindicalista, e mesmo ligeiramente demagógica, a uma tese que só teria sentido pensada em termos globais, e

não exclusivamente classistas. Se o problema não é só de classe operária, mas atinge principalmente a burguesia, a própria tese de MARX, que BARJONET fielmente esposa, deveria ser totalmente revista.

Em segundo lugar, é estranho que na análise econômica do autor falte absolutamente a perspectiva demográfica. Nenhuma referência às eventuais modificações nas dimensões e na estrutura da população operária francesa de 1938-1960. Evidentemente, o problema de pauperização da classe operária tem um sentido totalmente diverso se, no período considerado, aumentou o número de assalariados, modificou-se a estrutura profissional, variou a proporção de casados e do número de filhos, portanto dos beneficiários das alocações familiares, às quais o autor alude de passagem.

Mas, já agora, deixemos êsses assuntos terra-a-terra, e procuremos levantar o voo para acompanhar o autor em suas aventuras estratosféricas. A decepção que causa a leitura dos capítulos ulteriores (acumulação capitalista e pauperização; o homem mutilado; as necessidades históricas e a pauperização absoluta; os fatores antagônicos) não é menor que a da análise factual sobre a qual baseia sua tese.

Depois de uma incursão, sem nenhuma originalidade, na teoria do *plus-valor* como explicação última e irretorquível da pauperização, o autor volta a analisar fatos e precisa o conceito de pauperização absoluta. Muitos dos fatos aduzidos são exatos e a causa que defende é justa e profundamente humana e cristã: melhorar a condi-

ção operária, como direito, não como esmola. Mas, o que um marxista ortodoxo, como BARJONET, não é capaz de ver, é que é inútil e errado, para tanto, querer vincular esta causa a uma teoria já por tantos títulos superada. Esta vinculação só serve para trazer o golpe de graça à teoria do *plus-valor*. Para sustentar esta teoria, o autor precisa a noção de pauperização absoluta. Esta significa a impossibilidade de satisfazer às necessidades; ora, como hoje as necessidades do operário são muito maiores, e ele não pode satisfazer a todas, ele é hoje mais pobre que no tempo de MARX! Assim, quando se diz que o operário é hoje mais pobre, não se quer dizer que ele hoje não coma melhor, vista-se e habite melhor, tenha férias pagas, etc... Quer-se dizer que as necessidades, que são históricas, isto é, que são condicionadas pela evolução, hoje são maiores. Trocando em miúdo: o operário hoje não é mais pobre que o operário do século passado; é mais pobre com relação ao padrão de vida ideal do operário, hoje. Ora, consideramos tal malabarismo intelectual pura e simplesmente uma escamoteação. Quando MARX pensava em pauperização, pensava pura e simplesmente que o operário, pelo mecanismo do *plus-valor*, haveria de se tornar mais pobre mesmo; haveria de ser mais miserável, comer pior, vestir-se e alugar-se pior, etc. Isto não aconteceu, como o admite o Sr. BARJONET. Assim, vincular pauperização à teoria do *plus-valor* é acabar liquidando com a teoria. O termo de comparação adotado para definir a pauperização não tem limi-

tes. Dadas as condições históricas de hoje, não há dúvida que podemos incluir, num mínimo de necessidades do homem contemporâneo, um automóvel, uma televisão, uma geladeira. Amanhã será talvez um helicóptero e um radar. Neste sentido, as classes médias se empobreceram talvez muito mais do que a classe operária, e tal conclusão não interessa, de modo algum, à teoria de MARX.

O mais curioso é que, sempre que o Sr. BARJONET é obrigado a constatar que houve melhoria num setor, que a pauperização absoluta não foi tão absoluta, ele colhe daí ocasião para atribuir o fato aos fatores antagônicos da pauperização, à luta de classes. Afinal de contas, acaba-se sem saber que coisa o autor deseja enfim provar: se houve uma pauperização absoluta, ou se não houve, graças à luta de classes.

O livro do Sr. ANDRÉ BARJONET é um lastimável espécime do gênero panfletário, e uma demonstração da esterilidade ranheta e exacerbada do dogmatismo marxista. Felizmente, a nobreza da causa defendida já não depende mais de tal literatura. — *Pe. Fernando Bastos de Avila.*

HSUER CHU-TU. *Huang Hsing and the Chinese Revolution*. Stanford University Press. Califórnia, 1961.

Biografia de um líder revolucionário chinês que nos mostra, através de sua vida, o nascimento e a evolução do movimento revolucionário na China, iniciado nos primórdios deste século e que visava à implantação do regime republicano naquele país.

HUAN HSING inicia o movimento entre estudantes chineses no Japão impressionado pelo perigo que corria sua pátria dominada pela dinastia Manchu e pela possibilidade de ser a China entregue politicamente a potências estrangeiras.

Ao lado de suas idéias políticas, HUANG HSING era um convicto da necessidade de uma reforma total — política, econômica e social —, que levasse o seu país à verdadeira democracia. Suas idéias foram grandemente influenciadas pelo estudo das democracias ocidentais da França, Inglaterra e Estados Unidos.

Ao lado de outro grande líder, SUN-YAT-SEN, organiza uma sociedade revolucionária — a Tiung Meng Hui — que, em 1911, consegue organizar a primeira revolução, a de Wuchang, a qual, embora dominada, foi o primeiro passo decisivo para o estabelecimento da República, em 1913.

O movimento revolucionário liderado por ambos, HUANG HSING e SUN-YAT-SEN, não retrocedeu. As lutas continuam contra essa primeira república, que não trouxe a democracia e, sobretudo, contra primeiro presidente YUAN-SHIH-K'AI que almejava tornar-se um novo imperador.

Os últimos anos de sua vida foram ainda dedicados a esta grande causa — uma verdadeira democracia para a China.

HUANG HSING desaparece em 1916, vitimado por uma violenta enfermidade, e sua memória permanece até hoje como a de um grande revolucionário.

A personalidade desse homem é extremamente interessante e de alto valor moral. Foi realmente um

democrata e toda a sua vida teve um sentido sincero e autêntico para com a pátria.

O livro é documentado com numerosas referências bibliográficas que autenticam o relato, embora demasiados detalhes de viagens, datas e locais não tenham deixado margem para uma análise mais profunda da situação político-econômica e social da China e das reações desse grande líder em face de determinadas situações.

A despeito desta reserva, a leitura desse livro é interessante e de grande utilidade para aqueles que desejam estudar o problema chinês dentro de seu contexto asiático no século XX. — *Maria da Glória Ferreira.*

CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO. *Kardecismo e Umbanda; uma interpretação sociológica.* Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Livraria Pioneira Editôra. São Paulo, 1961.

O presente estudo vem enriquecer o escasso material científico existente no Brasil sobre sociologia religiosa.

Um questionário simples, reproduzido em anexo, uma série de entrevistas e material recolhido nas fontes bibliográficas específicas, constituem o instrumento de interpretação sociológica utilizado pelo autor.

Do ponto-de-vista técnico, temos a impressão que as reflexões do autor se referiram de modo predominante às respostas dos questionários. Receíamos que estes tenham não só atingido uma amostragem relativamente pequena — aliás, o objeto do livro é estudar

as religiões mediúnicas no Estado de São Paulo apenas — como principalmente sofrido uma distorção metodológica: os que tenham respondido aos questionários e os que tenham sido atingidos pelas entrevistas, tenham sido precisamente os mais fervorosos adeptos das seitas estudadas, e os de melhor nível cultural. Se o autor não adotou corretivos técnicos contra essa eventual distorção, há o risco sério de que os resultados não representem a realidade, mas que tenham superestimado os valores mais elevados da religiosidade analisada.

Nota-se, entretanto, que o autor assume diante das seitas mediúnicas uma atitude metodológica de simpatia sem compromisso, que consideramos a mais indicada, sem dizer, mesmo, a mais nobre para o trabalho que empreendia. É a única que lhe podia garantir uma posição de isenção entre os extremos do fanatismo agressivo ou defensivo. A única atitude realmente científica, digna de um sociólogo.

Depois de uma descrição rápida da estrutura do kardecismo e da umbanda em São Paulo, o autor se detém mais longamente no estudo das funções que as duas religiões vêm exercendo na sociedade paulista. A hipótese do "continuum" mediúnico em que insere suas reflexões parece-nos extremamente fecunda: tudo se passa como se a umbanda e o kardecismo sejam os extremos de um contínuo, que, em gradações infinitesimais de matices, vai, desde as formas mais espontâneas, até as mais intelectualizadas do mediunismo, tendo como denominador comum a idéia de um mundo de espíritos que envolve o

mundo visível, nêle interfere com certa desenvoltura e cujas interferências são captáveis e controláveis pelas práticas mediúnicas.

Parece-nos também estimulante a hipótese de que o mediumismo venha exercendo em São Paulo uma função social de integração para uma larga faixa da população, em evolução de um tipo de vida rural e provinciano para um tipo de vida que se urbaniza com grande rapidez, criando desajustes e frustrações. Também aqui, entretanto, nos perguntamos se o instrumento elaborado pelo autor ou o campo de estudos que delimitou não excluíram sistematicamente de seu ângulo de visão certos fenômenos que poderiam infirmar sua hipótese. Estudos antigos de AFRÂNIO PRIXO em hospitais do Rio de Janeiro revelaram uma alta percentagem de doentes mentais, de desajustados, precisamente entre aqueles que eram assíduos frequentadores de centros espíritas. São frequentes em crônicas policiais as referências a desordens, atentados ao pudor, originados em terreiros de macumba.

Não sabemos até que ponto uma pesquisa que procurasse um levantamento sistemático e exaustivo destes dados não viria impor uma revisão da hipótese formulada. Talvez a hipótese de CÂNDIDO CAMARGO seja válida unicamente para um segmento de um processo que, em todas as suas etapas, se poderá desenvolver segundo um esquema como este: a participação nas práticas mediúnicas funciona, primeiro, como fator de integração à vida urbana; a seguir, a intensificação dessas práticas poderia atuar como um elemento de desequilíbrio psi-

cológico; enfim, este desequilíbrio seria responsável por um desajuste social, exigindo em casos mais agudos mesmo a internação.

O estudo do Professor CAMARGO tem o mérito de ter criado um modelo útil para pesquisas congêneres e de ter levantado um sistema de hipóteses capaz de orientar o nascente esforço no setor da sociologia das religiões no Brasil.

Já não mais sob o aspecto sociológico, mas do ponto-de-vista confessional, o livro que analisamos pode ser lido com vantagem por todos os pastores de almas católicos. Nêle descobririam quantas vezes o que leva tantos católicos ao espiritismo é a ignorância das verdades católicas e da visão cristã autêntica do cosmos e da história, ou então o impersonalismo de nossa vida ritual e litúrgica. A leitura estimularia reflexões sérias sobre a necessidade de rever nossa catequética, nossa pastoral e as formas de participação dos fiéis na vida litúrgica. — F. B. A.

HENRI BRUNSCHWIG, *Mythes et réalités de l'imperialisme colonial français* — (1871-1914). Librairie Armand Colin. Paris, 1960.

O autor se propõe oferecer uma contribuição para a história do imperialismo colonial francês no período entre a derrota de Sedan e o início da primeira guerra mundial. Foi o período em que se constituiu a maior parte do império colonial da França. O autor já se tornara conhecido entre os historiadores da colonização com seus estudos sobre a colonização francesa e expansão do colonialismo alemão.

Sobre um árduo trabalho de levantamento de fontes esparsas e fragmentárias, funda a sua tese, que poderemos resumir nos seguintes itens.

Contrariamente ao que se pensa, o imperialismo colonial francês não se originou, principalmente, de interesses econômicos. A França procurou, na expansão colonial, uma compensação de prestígio internacional, após a sua derrota pela Prússia. Quando diversos países da Europa buscavam alargar suas bases na África e discutiam tranqüilamente a partilha da China, a França passaria a uma potência de terceira ou quarta ordem, se não se firmasse sobre um extenso império colonial.

Ao lado desta motivação predominante, interferiram também outros fatores, entre os quais a idéia *soi-disant* humanitária de civilizar, ocidentalizando. Tal idéia se baseava num preconceito racial afirmado da maneira mais impudente em plena câmara francesa por JULES FERRY, defendendo sua política: "Senhores, é necessário dizê-lo abertamente, as raças superiores têm um direito sobre as raças inferiores; têm um direito porque têm um dever para com elas: têm o dever de civilizar as raças inferiores" (citado à pág. 75).

A idéia humanitária associava-se a esperança de que o mundo colonial constituiria um fornecedor permanente de matérias-primas e principalmente um mercado potencial, num momento em que se cria que o espaço econômico europeu se aproximava da saturação. Na realidade, a corrente de oposição, contrária à colonização, se apoiou sempre sobre a idéia de que esta,

do ponto-de-vista econômico, nunca chegou a compensar satisfatoriamente as despesas da metrópole, que seriam mais bem utilizadas em investimentos internos. Os que realmente se beneficiavam eram companhias particulares, altamente privilegiadas, e um funcionalismo colonial aventureiro e interessado. É curioso, entretanto, observar que a idéia de uma polarização da economia mundial em centros autônomos, industrializados, e periferias reflexas, de fornecedores e consumidores, não parece ter surgido de uma evolução espontânea do capitalismo, mas de uma determinação deliberada das metrópoles.

Uma conclusão resulta clara da documentação de HENRI BRUNSCHWIG: na expansão colonial, nunca teve papel importante a idéia da promoção humana dos povos colonizados. As decisões são sempre tomadas do ponto-de-vista dos interesses exclusivos dos colonizadores. O que não quer dizer, aliás, que, no período estudado, a situação das colônias teria sido melhor sem a expansão colonial. Os grandes contrastes e lutas do mundo de hoje, entre povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, são o preço que pagamos com atraso pelo egoísmo das chamadas nações civilizadas. — F. B. A.

JOHN ERIC NORDOKOG. *Social Change*. Mc Graw Hill Book Co. Nova York, 1960.

O livro é constituído por trechos dos mais variados autores, ainda vivos ou já mortos, trechos que o autor coletou e distribuiu pelos diversos capítulos em que analisou o conceito de mudança social.

Devemos notar que, nesta análise, o autor deu tal amplitude ao conceito que o livro vem a cobrir um campo quase enciclopédico. Parte do período pré-histórico e se projeta para o futuro da civilização contemporânea, tal como o visualiza o profetismo de ARNOLD TOYNBEE, passando pela crítica do keynesianismo e pelo problema da criminalidade infantil. O conceito perde assim em precisão sociológica, mas, não há dúvida, ganha dimensão total, sem incoerências internas. cremos, entretanto, que, para evitar confusões em torno de um conceito que já se vem cristalizando em sociologia, o livro chamar-se-ia com mais propriedade: *Cultural Change*.

Depois de uma introdução, os oito capítulos da obra se ocupam das mudanças no plano demográfico, das mudanças culturais, do conceito de progresso social, das idéias e ideologias; das mudanças nos valores políticos e econômicos, na religião e no direito, da paz e da guerra e, enfim, do processo da civilização contemporânea.

Os trechos dos diversos autores — nenhum deles latinos — que constituem esses capítulos foram escolhidos com habilidade e representam um precioso repertório, dificilmente acessível, em sua integralidade, ao leitor brasileiro. — F. B. A.

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editores os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.

Assuntos Políticos e Jurídicos

YVES GUILBERT. *Castro l'infidèle*. La Table Ronde. Paris, 1961. 252 págs.

JEAN MADIRAN. *La pratique de la dialectique*. Revue Itinéraires. Paris, 1961. 76 págs.

JEAN MADIRAN. *La technique de l'esclavage révèle par la constitution soviétique*. Revue Itinéraires. Paris, 1961. 108 págs.

NELSON WERNECK SODRÉ. *A ideologia do colonialismo*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1961. 275 págs.

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA. *Subsídios para uma nova divisão po-*

lítica do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1960.

JOHN W. SPANIER. *American foreign policy since world war II*. Frederick A. Praeger. Nova York, 1960. 234 págs.

HUGH SETON-WATSON. *From Lenin to Khrushchev*. Frederick A. Praeger. Nova York, 1960. 432 págs.

LOURIVAL FONTES. *Missão ou demissão*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1961. 108 págs.

FAUSTO BRADESCO. *O problema do desarmamento*. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro, 1960.

HAROLDO VALLADÃO. *Democratização e socialização do direito internacional*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1961. 98 págs.

Assuntos Educacionais

MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT. *Educar para a responsabilidade*. Livraria Agir Editôra. Rio de Janeiro, 1961. 325 págs.

BRUCE L. SMITH. *Indonesian-American cooperation in higher education*. Institute of Research on Overseas Programs. Michigan, 1960. 133 págs.

RICHARD ADAMS e CHARLES C. CUMBERLAND. *United States university cooperation in Latin America*. Institute of Research on Overseas Programs. Michigan, 1960. 264 págs.

Assuntos Geográficos e Históricos

PABLO VILA. *Geografía de Venezuela*. Ministerio de Educación. Caracas, 1960. 454 págs.

DANIEL DE CARVALHO. *A história e a geografia na sociologia brasileira*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1961. 56 págs.

JOHN HATCH. *Africa today and tomorrow*. Frederick A. Praeger. Nova York, 1960. 289 págs.

DOROTHY PICKLES. *The fifth French republic*. Frederick A. Praeger. Nova York, 1960. 222 págs.

NELSON OMEGNA. *A cidade colonial*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1961. 344 págs.

VÁRIOS AUTORES. *The overseas Americans*. Mc Graw-Hill Book

Company, Inc. Nova York, 1960. 316 págs.

MICHEL PHILIPPONNEAU. *Géographie et action*. Librairie Armand Colin. Paris, 1960.

ORLANDO VALVERDE e MYRIAM G. C. MESQUITA. *Geografia agrária do Baixo Açu*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1961.

MOHAMMED REZA SHAH PAHLAVI. *Mission for my country*. Mc Graw-Hill Book Company, Inc. Nova York, 1961. 336 págs.

Assuntos Econômicos e Demográficos

ADMARDO TERRA CALDEIRA. *Formação de preços — Problemas*. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1961. 118 págs.

VASCO RIBEIRO DA COSTA. *Três estudos de economia*. D.A.S.P. Rio de Janeiro, 1961. 42 págs.

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES. *Uma nova formulação teórica para o desenvolvimento econômico brasileiro*. Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, 1961.

MARIA JOSÉ VILLAÇA. *A força de trabalho no Brasil*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1961.

JEAN FOURASTIÉ. *Productivité, prix et salaires*. Organisation Européenne de Coopération Economique. Paris, 1960. 115 págs.

ORGANISATION EUROPÉENNE DE COOPERATION ECONOMIQUE. *L'évolution démographique de 1956 à 1976 en Europe Occidentale et aux Etats-Unis*. OECE. Paris, 1961. 149 págs.

- J. PINTO LIMA; LINCOLN M. RODRIGUES; THIAGO FERREIRA DA CUNHA e YONITA ASSENÇO TORRES. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Rio de Janeiro, 1961. 402 págs.
- RAYMOND A. BAUER; ALEX INKELLES e CLYDE KLUCKHOHN. *How the soviet system works*. Vintage Books. Nova York, 1961. 312 págs.
- TORSTEN HUSÉN e URBAN DATILÖF. *Mathematics and communication skills in school and society*. Studieförbundet Näringsliv och Samhälle. Estocolmo, 1960. 35 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Structural rationalisation*. Studieförbundet Näringsliv och Samhälle. Estocolmo, 1960. 81 págs.
- MARCOS VINÍCIUS VILAÇA. *Em torno da sociologia do caminhão*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1961. 162 págs.
- A. DA SILVA MELLO. *A alimentação no Brasil*. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1961. 336 págs.
- MÁRIO LACERDA DE MELO. *As migrações para o Recife*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1961.
- THALES DE AZEVEDO. *Antecedentes do homem*. Universidade da Bahia. Salvador, 1961. 76 págs.
- MARGARET MEAD. *New lives for old*. A Mentor Book. Nova York, 1961. 460 págs.
- W. LLOYD WARNER; MARCHIA MEEKER e KENNETH FELLS. *Social class in America*. Harper Torchbooks. Nova York, 1960. 298 págs.
- C. WRIGHT MILLS. *The power elite*. Oxford University Press. Nova York, 1961. 423 págs.
- TORSTEN CARLSSON. *The industrial council for social and economic studies*. Studieförbundet Näringsliv och Samhälle. Estocolmo, 1960. 8 págs.

Assuntos Sociais e Sociológicos

- JOSUÉ DE CASTRO. *O livro negro da fome*. Editôra Brasiliense. São Paulo, 1960. 171 págs.
- KLAUS C. DORNEICH. *Einwanderung in Brasilien unter besonderer Berücksichtigung ihrer Bedeutung für die Landwirtschaft zwischen 1930 und 1960*. Freiburg im Breisgau, 1960. 158 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Cultures and societies of Africa*. Random House. Nova York, 1960. 614 págs.
- ELY CHINYOY. *Society*. Random House. Nova York, 1961. 404 págs.

Assuntos Filosóficos e Culturais

- VÁRIOS AUTORES. *Naturordnung in Gesellschaft Staat Wirtschaft*. Tyrolia Verlag. Innsbruck, 1961.
- HERALDO BARBUY. *Cultura e processo técnico*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1961. 145 págs.